

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

I - CONVENIENTES

- 01- **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE ERECHIM E GAURAMA**, entidade sindical profissional, devidamente registrada conforme processo do MTE 2400000246992, com sede na Rua Padre Nóbrega, 69, em Erechim-RS, CEP 99.700-000, fone/fax 0xx54-3522-1227, inscrito no CNPJ sob n.º 89.435.044/0001-58, neste ato representado por seu presidente **Osmar Orestes Padilha**, brasileiro, casado, da indústria, residente e domiciliado em Erechim - RS, inscrito no CPF sob n. 942.178.070-15, que adiante assina.

O conveniente aqui qualificado passará a ser designado simplesmente como "Sindicato Profissional" e representará os adiante denominados empregados.

- 02- **LACTALIS RS 331 KM 17,5, Gaurama RS** CNPJ/MF sob n.º14049467/0034-07 neste ato representado, por seu procurador **Cheila Gasparetto Carnaúba** que adiante assina.

O conveniente aqui qualificado passará a ser designado simplesmente como "Sindicato Econômico" e representará as adiante denominadas empresas.

II - BASE TERRITORIAL

A base territorial é compreendida pelos municípios de Erechim, Gaurama, Barão de Cotegipe, Áurea, Campinas do Sul, Erval Grande, São Valentim, Entre Rios do Sul, Jacutinga, Ponte Preta, Centenário, Carlos Gomes, Viadutos, Marcelino Ramos, Severiano de Almeida, Mariano Moro, Três Arroios, Aratiba, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul e Faxinalzinho, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

III - CATEGORIAS SINDICAIS ABRANGIDAS

A abrangência da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão as Indústrias de laticínios e derivados, seus respectivos empregados na base territorial acima definida.

IV - AUTORIZAÇÃO

Os representantes dos sindicatos convenientes, profissional e econômico, foram autorizados expressamente a formalizar a presente convenção, em seus termos, conforme assembleia realizada no dia 15 de abril de 2018, às 9 horas, na Sede Esportiva deste sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Erechim e Gaurama na Rua Hilário Arpini n. 92 no Bairro Três Vendas em Erechim RS.

V - VIGÊNCIA E DATA-BASE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência por 12 (doze) meses, a contar de sua data-base que é fixada/mantida em 1º de junho, para todos os efeitos, inclusive o de majorações e concessões por si determinadas.

VI - CONDIÇÕES

PRIMEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Em 01 de junho de 2018, as empresas reajustarão os salários de seus empregados, no percentual de 2,10% (*dois inteiros e dez décimos percentuais*) referente a variação do INPC/IBGE de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018 e aumento real. O referido percentual será aplicado sobre os salários que passaram a vigorar a partir de 01 de junho de 2018 e devem ser pagos os valores retroativos na folha de outubro.

Parágrafo Primeiro: Terão direito ao reajuste de 2,1% todos os trabalhadores que tiverem mais de um ano de empresa ou que tiverem sido admitidos até o final de junho de 2017.

Parágrafo Segundo: O reajuste acordado no caput, dá quitação da inflação do período compreendido entre 01 de junho de 2017 à 31 de maio de 2018.

SEGUNDA - PISO SALARIAL

Quanto ao piso salarial da categoria profissional, fica estabelecido o seguinte:

As partes acordam que a partir de 01 junho de 2018, o piso salarial da categoria será de **R\$ 1.289,11 (hum mil, duzentos e oitenta e nove reais com onze centavos)**.

1- Os valores e condições estabelecidas nesta cláusula são retroativos a 01 de junho de 2018, sendo que, eventuais diferenças salariais oriundas da aplicação desta cláusula, serão pagas aos trabalhadores, pela empresa acordante, na folha de pagamento de outubro de 2018, impreterivelmente.

2- Deferido reajuste ao salário mínimo regional da categoria da alimentação que o torne superior ao piso normativo aqui previsto, as empresas corrigirão esse piso de forma a igualá-lo ao salário mínimo regional, compensando-se o referido reajuste na data base da categoria.

3- Em caso da empresa descumprir o pagamento do piso de ingresso, deverá pagar ao trabalhador a diferença não paga do piso de ingresso, além de uma multa no valor de 10% sobre a diferença não paga ao trabalhador.

TERCEIRA - NÃO COMPENSAÇÃO DE REAJUSTES CONCEDIDOS

Somente será compensado o reajuste do piso regional. Não serão compensados os aumentos concedidos, após 01 de junho de 2018, por término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

QUARTA - DISSÍDIO COLETIVO DE 2019

Fica convencionado entre as partes que esta convenção terá a sua revisão incidindo sobre os salários já reajustados conforme estabelecidos nas cláusulas anteriores, ou seja, o salário-base percebido por cada empregado no mês de junho de 2019.

QUINTA - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS

Caso não ocorra o cumprimento das cláusulas primeira e segunda ainda na folha do mês de outubro de 2018. As diferenças devem ser pagas impreterivelmente na folha de novembro de 2018 que deverá ser paga até o quinto dia útil de dezembro de 2018.

SEXTA - HORAS EXTRAS



As horas extras serão remuneradas com um acréscimo de 50% (cinquenta inteiros por cento), sobre o valor da hora normal.

SÉTIMA - FOLGAS E FERIADOS

As horas extras trabalhadas em domingos e feriados serão remuneradas em dobro (ou seja 100%) sem prejuízo do descanso semanal remunerado.

OITAVA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, as empresas pagarão um auxílio funeral, diretamente à família do empregado falecido, no valor equivalente a R\$ 983,50 (Novecentos e oitenta e três reais com cinquenta centavos);

NONA - AUXÍLIO ESTUDANTE

As empresas pagarão para seus empregados estudantes ou para um dependente nas mesmas condições, nas mesmas condições, na folha de janeiro de 2019 ou de fevereiro de 2019, um auxílio escolar equivalente a 50,75% (Cinquenta inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) do piso salarial da categoria, praticado neste mês.

Parágrafo Primeiro: Para receber o valor do auxílio estudante, previsto nesta cláusula, o trabalhador deverá apresentar ao supervisor/encarregado do setor da unidade onde trabalha, os seguintes documentos: comprovante de matrícula e declaração fornecida pelo sindicato de que o mesmo é associado ao sindicato ou que contribui com a taxa assistencial.

Parágrafo Segundo - Para o trabalhador que fizer a entrega da declaração de sócio e do comprovante de matrícula no período de 02 de janeiro de 2019 a 20 de janeiro de 2019, receberá o auxílio-estudante na folha de janeiro de 2019. Para o trabalhador que entregar a declaração de sócio e do comprovante de matrícula no período de 21 de janeiro de 2019 a 20 de fevereiro de 2019, receberá o auxílio-estudante na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2019.

DÉCIMA - SEGURO ACIDENTE

Fica estabelecido um seguro acidente, no valor equivalente a 10 (dez) salários mínimos, em caso de morte do trabalhador em acidente de trabalho, a ser pago pelas empresas aos sucessores do empregado falecido.

Parágrafo Primeiro - Caso a empresa pague seguro de vida onde o valor assegurado seja maior do que estabelecido na cláusula décima, a empresa ficará isenta do pagamento do seguro acidente.

DÉCIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas reconhecem como válidos para o fim de abono das faltas, os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos médicos e dentistas conveniados ou contratados pelo Sindicato Profissional e do INSS (SUS).

DÉCIMA SEGUNDA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA

As empresas anotarão nas carteiras profissionais de seus empregados, a função exercida e a respectiva seção de trabalho, efetuando as devidas alterações quando necessário.

DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EMPREGO - GESTANTE

É concedida estabilidade no emprego à mulher gestante, desde o início da gestação até 150 (cento e cinquenta dias) após o parto.

DÉCIMA QUARTA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

As empresas fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados os equipamentos de proteção individual e de segurança no trabalho, obrigatórios nos termos da legislação específica sobre higiene e segurança do trabalho. Também fornecerão, gratuitamente, uniforme a seus empregados e todos os acessórios, quando exigido seu uso obrigatório em serviço.

DÉCIMA QUINTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão obrigatoriamente aos seus funcionários, os comprovantes de pagamento de salários, com a discriminação das parcelas e importâncias pagas e descontadas, contendo, ainda, a identificação do valor do recolhimento do FGTS.



DÉCIMA SEXTA - FIXAÇÃO DA CÓPIA DO ACORDO E QUADRO DE AVISOS

As empresas fixarão, pelo prazo de 90 (noventa) dias, cópia deste acordo nos quadros de avisos e próximo aos relógios ponto, e permitirão a colocação de comunicações, convocações, informações sobre cursos de educação sindical e avisos de interesse dos associados nos referidos quadros de avisos.

DÉCIMA SÉTIMA - RECIBO DE QUITAÇÃO

As empresas informarão e fornecerão cópia do recibo de quitação para os empregados que tenham seus contratos de trabalho rescindidos antes de completarem 1 (um) ano de serviço.

DÉCIMA OITAVA - DIREITOS RESCISÓRIOS

As empresas anotarão a data da saída do empregado em sua carteira profissional e pagarão os seus direitos rescisórios, até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, ou até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do cumprimento.

DÉCIMA NONA - JUSTA CAUSA

As empresas fornecerão, por escrito, ao empregado demitido por suposta justa causa, os motivos da rescisão contratual, sob pena de não o fazendo, ser considerada sem justa causa a despedida.

VIGÉSIMA - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS E DEMITIDOS

As empresas remeterão, mês a mês, cópia da relação dos empregados admitidos e demitidos, ao Sindicato Profissional, nas mesmas condições que é informado ao Ministério do Trabalho.

VIGÉSIMA PRIMEIRA - ELEIÇÃO DA CIPA

As eleições da CIPA terão o acompanhamento efetivo do Sindicato Profissional em todo o processo eleitoral.

VIGÉSIMA SEGUNDA - QÜINQUÊNIO



Será pago mensalmente pelas empresas, a título de quinquênio, o adicional de 4% (*quatro inteiros por cento*), aplicável sobre o salário-base percebido pelo empregado, para todos os trabalhadores que tenham no mínimo 05 (*cinco*) anos ininterruptos de contrato de trabalho com a mesma empresa. Serão beneficiados, também, aqueles empregados que vierem a completar 05 (*cinco*) anos de contrato de trabalho com a empresa a partir da data da assinatura do presente acordo.

Parágrafo Primeiro - Todos os empregados que tiverem 10 (*dez*) anos de trabalho na empresa ou mais, receberão imediatamente, ou seja, no máximo na folha do mês de julho de 2014 mais 4% (*quatro inteiros por cento*) de quinquênio. Obrigatoriamente totalizando 8% de Quinquênio na soma dos dois quinquênios recebidos para quem tiver mais de 10 (*dez*) anos de trabalho.

Parágrafo Segundo - Todos os empregados que tiverem mais de 10 (*dez*) anos de empresa, já devem ter recebido os 8% de quinquênio, conforme o parágrafo primeiro deste artigo. A partir de junho de 2013 começa a contar um novo período aquisitivo de 05 anos para a obtenção de mais 4% (*quatro inteiros por cento*) de quinquênio.

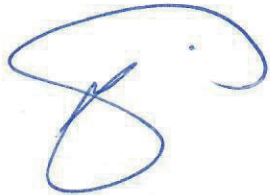
Parágrafo Terceiro - Fica convencionado que todos os trabalhadores a cada 05 anos tem direito a um novo quinquênio, ou seja, quando completar 05 anos recebe um quinquênio, quando completar 10 anos recebe mais um quinquênio, quando completar 15 anos recebe mais um quinquênio e assim respectivamente. Dessa forma estes quinquênios são cumulativos.

Parágrafo Quarto - Fica limitado o número de quinquênios em até 04 (*quatro*), independentemente de ter o empregado mais de 20 (*vinte*) anos de serviços ininterruptos para o mesmo empregador.

VIGÉSIMA TERCEIRA - TAXA DE CONTRIBUIÇÃO

As empresas descontarão as contribuições e/ou mensalidades autorizadas pelos trabalhadores em Assembleia Geral da categoria representada pelo Sindicato Profissional, e recolherá aos cofres do sindicato suscitante em guias onde conste o nome de cada trabalhador e o valor descontado de cada um, até o 5.º (*quinto*) dia útil do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo primeiro - O recolhimento após os prazos estabelecidos acarretará uma multa de 5% (*dois por cento*) a ser paga pela empresa



em favor do suscitante, sobre o valor a ser recolhido, juros legais e correção monetária.

Parágrafo segundo - A Assembleia Geral realizada no dia **15/04/2018** aprovou o desconto a título de mensalidade de 1% (Um por cento) do salário do trabalhador da categoria representada pelo Sindicato Profissional para todos os associados, não cumulativo com a contribuição assistencial. Sendo que para os associados não é cabível a oposição a mensalidade e nem a contribuição assistencial.

Parágrafo terceiro - A Assembleia Geral realizada no dia **15/04/2018** aprovou um desconto mensal a título de contribuição assistencial de 1% (Um por cento) do salário do trabalhador da categoria representada pelo Sindicato Profissional para todos os trabalhadores, a partir do mês do fechamento do Acordo Coletivo (setembro/2018) sendo que a oposição poderá ser feita a qualquer tempo.

Parágrafo quarto- A Assembleia Geral realizada no dia **15/04/2018** aprovou o desconto do valor equivalente a um dia de trabalho do piso de efetivação de todos os trabalhadores a título de contribuição negocial, no mês de abril de 2019, podendo fazer oposição a qualquer tempo.

VIGÉSIMA QUARTA - MULTA

Fica estipulada uma multa de 01% (*um inteiro por cento*) do piso de ingresso da categoria em favor do empregado prejudicado, por descumprimento das obrigações de fazer, instituídas nesta convenção.

VIGÉSIMA QUINTA - INICIO DE FÉRIAS

Fica acordado que as férias tanto individuais como coletivas, não poderão ter seu início em sexta-feira, sábado, domingo, ou véspera de feriado.

VIGÉSIMA SEXTA - ADICIONAL

Aos empregados que desenvolverem suas atividades profissionais em horário noturno, assim considerados aqueles desenvolvidos entre 22:00 horas de um dia e às 5:00 horas do dia seguinte, será pago um adicional noturno de 48% (quarenta e oito, por cento) do valor do salário hora dos mesmos.



VIGÉSIMA SÉTIMA - FALTA REMUNERADA PARA LEVAR FILHO AO MÉDICO

As empresas concederão aos trabalhadores empregados com filhos, ou com guarda de filhos, abono de falta com respectiva remuneração até o limite de 16 (dezesesseis) horas por ano, quando se ausentarem do serviço para levar filhos de até 14 (quatorze) anos ao médico ou hospital, com comprovação por atestado nas 48 (quarenta e oito) horas subsequentes.

VIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE PARA APOSENTADORIA

No período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores a aposentadoria por idade, por tempo de contribuição e ou especial, e desde que haja comunicação escrita a empresa pelo interessado com a comprovação do implemento dessas condições, será assegurado uma estabilidade provisória ao empregado durante o mencionado período, ressalvado as demissões com justa causa.

A falta de comunicação de parte do empregado, até o final do aviso prévio equivalerá a renúncia a tal garantia.

VIGÉSIMA NONA - ADIANTAMENTO SALARIAL QUINZENAL

As empresas concederão aos seus empregados, referente à primeira quinzena de cada mês, um adiantamento salarial de até 30% (trinta por cento) do seu salário base vigente no mês, ou proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados naquela quinzena, resguardadas as condições mais favoráveis já praticadas por cada empresa e será pago até dia 20 de cada mês.

TRIGÉSIMA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

Poderão ser descontados do salário mensal dos empregados, além do adiantamento salarial previsto acima, os valores destinados às associações, fundações, seguros, alimentação, convênios saúde, vendas próprias da empresa e outros benefícios utilizados e/ou autorizados pelo empregado, bem como aqueles aprovados em assembleias dos sindicatos profissionais convenientes. Os descontos aqui previstos não poderão ser superiores a 70% (setenta por cento) do salário a ser percebido pelo empregado no final do mês.

TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TICKET REFEIÇÃO



As empresas pagarão para seus empregados, um ticket refeição de R\$ 15,60 (quinze reais e sessenta centavos) por dia trabalhado, sendo que deste valor a empresa descontará 20%. Fechando o valor de R\$ 12,48 (doze reais e quarenta e oito centavos) líquidos para o trabalhador de ticket refeição.

TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Fica assegurado que todos os empregados abrangidos pela convenção coletiva somente receberão a remuneração salarial mediante depósito bancário em conta salário.

VIII - DIVERGÊNCIAS

Qualquer divergência na aplicação das normas da presente Convenção poderá ser resolvida em reunião convocada pela parte interessada mediante prévia comunicação por escrito da parte adversa, com prazo mínimo de dez dias de antecedência. Caso persista a divergência, a solução poderá ser buscada na Justiça do Trabalho, ficando reconhecida a legitimidade dos convenentes para ajuizar ação visando o cumprimento da presente.

Porto Alegre - RS, _____ de novembro de 2018.

OSMAR ORESTES PADILHA
Presidente Sindicato dos Trabalhadores nas
Indústrias da Alimentação de Erechim e Gaurama


CHEILA GASPARETTO CARNAÚBA
LACTALIS